

O livro de Almeida traz uma importantíssima discussão a respeito da universidade pública brasileira. Esse tipo de discussão tem sido ofuscado ultimamente devido a um desvio de foco nas políticas públicas para o ensino superior. Da primazia de políticas voltadas para a Pesquisa e Desenvolvimento, o discurso e as ações oficiais no Brasil atual estão sendo deslocados para o ajuste das universidades às políticas de ação afirmativa. As políticas liberais recentes para as universidades passam a alimentar a retórica da correção da desigualdade de oportunidades. Assim, muito se discute formas de parceria da universidade pública com o "terceiro setor". O livro em questão aponta para importância da relação das universidades com o setor produtivo, debatendo a relação do primeiro com o segundo setor como eixo central da transformação econômica nacional.

A discussão a respeito da universidade pública tem recebido diversos enfoques, principalmente no que se refere à questão da expansão de vagas, financiamento e de formas veladas ou não de privatização da educação superior pública. O destaque atual é dado à questão das cotas de acesso para estudantes oriundos de minorias sociais, como "negros", "índios". Da mesma forma, se discute políticas de ação afirmativas para corrigir outras formas de desigualdade de oportunidades de acesso à educação superior vinculadas às injustiças inerentes à oferta da educação fundamental no Brasil.

Mas a desigualdade de oportunidade expressa a desigualdade de condições sociais entre os brasileiros. Desigualdade essa que só poderá ser sanada com transformações econômicas profundas que reestruturem a sociedade nacional e promovam a inserção digna de milhões de brasileiros ao mundo do trabalho. Neste caso, a análise da relação universidade sociedade deve ser feita num prisma que possibilite o enfoque da pesquisa, da produção de tecnologia, do desenvolvimento econômico e da democratização do acesso aos benefícios decorrentes deste.

Trata-se de discutir o que a universidade pública pode fazer para interferir nas condições sociais dos brasileiros, contribuindo para superar a nossa histórica desigualdade de fato. A questão da privatização da universidade pública agora se refere à forma como o conhecimento que nela se produz vai ser apropriado pelos empreendimentos privados.

A autora discute a relação da universidade pública com o setor produtivo num momento em que a pesquisa acadêmica encontra-se praticamente abandonada pelo Estado. As áreas de pesquisa que recebem atenção são as que se sujeitam à pressão do mercado globalizado. Isso transforma o *ethos* acadêmico.

O livro focaliza a UNICAMP como campo empírico. O fenômeno histórico abordado, a relação da UNICAMP com as empresas, a forma como a pesquisa nesta universidade foi se direcionada para o mercado, é confrontado com discursos dos professores e reitores, bem como de empresários e estudiosos do nexo entre pesquisa universitária, tecnologia e produção. Isso possibilita um estudo que revela a prática acadêmica numa perspectiva de luta hegemônica. Almeida articula sua pesquisa segundo a concepção de história de Gramsci, o que lhe possibilitou reconstruir modelos de relação universidade sociedade a partir dos discursos e práticas dos acadêmicos.

A discussão refere-se ao *ethos* acadêmico, aos princípios e valores aceitos como válidos para a atividade científica. Trata-se de mostrar como se define o que é pertinente para as pesquisas. A autora mostra as diretrizes básicas que prevalecem nessa relação da pesquisa elaborada na Universidade Pública com a iniciativa privada. A primeira diretriz refere-se ao modelo *mertoniano*. A segunda é indicada como *science pushed* e a última identificada como *universidade globalizada*.

No modelo *mertoniano*, a ciência é instituída como um bem em si e como tal receberia o apoio financeiro da comunidade. O modelo *science pushed* caracteriza-se pela forte presença do Estado no direcionamento das pesquisas, privilegiando empreendimentos científicos ligados aos setores nacionais estratégicos, como a tecnologia bélica. Neste caso, o setor público enquanto agente impulsionador do progresso e da defesa nacional privilegia as linhas de pesquisa conforme os interesses do Estado. Segundo o modelo *universidade globalizada*, o mercado torna-se o agente capaz de direcionar as pesquisas conforme o fluxo, ou o caos da concorrência. Assim, os investimentos privados em pesquisas influenciariam o desenvolvimento de projetos que, no curto prazo, atendessem às necessidades de inovação de produtos e processos nas empresas.

Para a autora, a relação entre esses modelos não é de exclusão, mas de complementação. Daí, então, a importância de uma Universidade Plural. Contudo, a pluralidade significa privilegiar certas opções políticas, como a defesa dos interesses nacionais e da eliminação da pobreza. Trata-se de critérios que definem o *caráter público* da universidade e que evitariam a sua submissão incondicional aos ditames do mercado. Segundo Almeida, a estatização da universidade lhe garante a capacidade de manter a sua pluralidade permitindo a coexistência da ciência como bem em si, como meio para implementar o mercado e promover o interesse social. Assim, uma universidade pública é plural se estiver aberta para as mais diversas tendências de pesquisa ligadas ao governo, ao mercado e às necessidades da população.

No primeiro capítulo do livro, encontra-se um quadro histórico da relação da UNICAMP com as empresas frente às políticas de ciência e tecnologia nacional. No segundo capítulo, são discutidas transformações ocorridas nas últimas décadas, mostrando mudanças no estatuto social da ciência e da universidade. No terceiro capítulo, é discutido o nexo entre ciência, tecnologia e programas de Pesquisa e Desenvolvimento, fornecendo um quadro conceitual para análise da delimitação entre público e privado no campo acadêmico, sobretudo quando este mantém interface com o setor empresarial. No último capítulo, são discutidas as estratégias e as tendências para se ampliar e controlar a relação da UNICAMP com a empresa. Trata-se de uma discussão baseada em entrevistas com destacados pesquisadores das Faculdades de Engenharia e de Institutos, como o de Física, Química e Biologia, setores envolvidos com pesquisas aplicadas. A autora mostra que a diferença nas perspectivas dos acadêmicos reflete, sobretudo, os interesses dos pesquisadores, tanto no que concerne aos benefícios econômicos diretos, quanto no que se refere às suas concepções ideológicas. Mas essas diferenças revelam uma forte disputa no interior do espaço acadêmico, mostrando que a hegemonia do modelo *sociedade globalizada* sofre ainda resistência por parte de acadêmicos comprometidos com ideários socialistas.

A análise histórica da relação da UNICAMP com as empresas e do modelo que tem prevalecido nessa relação é feita com embasamento documental e dados colhidos em entrevista. Isto possibilitou um estudo bem fundamentado da luta hegemônica das tendências em disputa. Contudo, quando a autora fala do modelo da “universidade plural” algumas questões ficam sem respostas. Destaco a questão da viabilidade desse modelo no atual contexto nacional. Creio que um aprofundamento maior a respeito da natureza desse modelo de universidade plural ainda merece ser discutida. Até que ponto esse modelo poder ser compatível ou não com uma sociedade liberal baseada no dogmatismo dos critérios dados pelo mercado? Ainda que não aprofunde essas questões, o livro de Almeida oferece uma grande contribuição para o debate em torno das políticas públicas para a educação superior e para a pesquisa e desenvolvimento e torna-se uma leitura necessária para os que se preocupam com essas temáticas tão fundamentais para o Brasil.

Sidney Reinaldo da Silva¹

¹ Filósofo graduado pela PUCCAMP. Mestre e Doutor em Filosofia Política pelo IFCH da UNICAMP. Pós-doutor em Filosofia da Educação pela FE da UNICAMP. Docente e Pesquisador do PPG em Educação da UTP. Endereço para correspondência: Av. Francisco Glicério, 1458, apto 34, Centro, 13013-140 Campinas/SP. E-mail: sreinald@uol.com.br.

VIÑAO ANTONIO

Escuela para todos. Educación y modernidad en la España del siglo xx, Marcial Pons, Ediciones de Historia, Madrid, 2004, 280 páginas.

Antonio Viñao es catedrático de Teoría e Historia de la Educación de la Universidad de Murcia y actualmente preside la Sociedad Española de Historia de la Educación. Autor de numerosas obras relevantes que han enriquecido el panorama historiográfico educacional de estos últimos años, Viñao, en esta oportunidad nos ofrece un texto acerca del devenir histórico de la educación española en el tejido de un período largo, los últimos cien años, desde los inicios de la renovación y modernización educativa hasta los umbrales del siglo XXI.

Este volumen que reseñamos se compone de una Introducción y cuatro capítulos con una secuenciación lógica y argumentativa que vertebra la totalidad de la obra. En la Introducción se explicita que “El análisis efectuado en este libro se circunscribe, pues, a la evolución en la España del siglo xx de la educación y del sistema educativo formales.” También en la *Introducción* el autor deja en claro que no se ocupará del ámbito no formal así como tampoco del informal, quedando éstos fuera del horizonte analítico de la obra. Sólo aludirá a ellos en ocasiones, a los efectos de explicar y comprender determinados aspectos que condicionan y son condicionados por el sistema educativo formal, puntualizando que en esta ocasión no se efectuará una intrahistoria de la educación y de la enseñanza.

Por otra parte, el autor señala que ha optado por una orientación que considera los procesos y problemas fundamentales que han tenido lugar a lo largo del siglo XX. Para ello, sigue una “configuración estructural que atiende a la evolución político educativa, a la evolución y aspectos más relevantes del sistema educativo y a los procesos socioeducativos básicos”. Cabe consignar que entre estos procesos, Viñao se aboca a examinar en detalle, aquellos vinculados con la alfabetización, con la escolarización y con la feminización educativa. Si bien el autor es consciente de que su enfoque puede tener el inconveniente de repetir en ocasiones algunos hechos, ideas o argumentos, “a medio camino entre el texto informativo y el ensayo interpretativo”, coincidimos con él en destacar que “se pretende ofrecer una visión diferente y complementaria de la que puede encontrarse en aquellos manuales o libros, mencionados en las referencias finales, que tratan el mismo tema y período”.

Luego, en el apartado II, *La Educación en la España del siglo xx. Un análisis diacrónico*; encontramos: “La situación heredada”; “Los inicios de la renovación y modernización educativa (1900-1931)”; “La segunda República (1931-